Revista Econômica do Nordeste
ISSN eletrônica (on line) 2357-9226

Suplemento Especial
Minerais no Nordeste | Out/Dez de 2026

CAPACIDADE ESTATAL E DESENVOLVIMENTO MINERAL: UMA COMPARAÇÃO ENTRE BAHIA E PERNAMBUCO À LUZ DA COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL (CBPM)

State capacity and mineral development: a comparison between Bahia and Pernambuco in light of the Companhia Baiana de Pesquisa Mineral (CBPM)

Zélia Maria de Moura Lima[1]
Maria Luiza Meirelles Rangel e Melo[2]
Artur Angelo Alcântara de Assis[3]

1 Engenharia. Graduanda em Engenharia de Minas pela Universidade Federal de Pernambuco. Avenida da Arquitetura, s/nº, Centro de Tecnologia e Geociências, 3º andar, Cidade Universitária, Recife, PE, Brasil. *zelia.lima@ufpe.br*

2 Engenharia. Graduanda em Engenharia de Minas pela Universidade Federal de Pernambuco. Avenida da Arquitetura, s/nº, Centro de Tecnologia e Geociências, 3º andar, Cidade Universitária, Recife, PE, Brasil. *marialuiza.melo@ufpe.br*

3 Engenharia. Engenheiro de Minas. Doutor em Engenharia de Minas. Docente do Departamento de Engenharia de Minas da Universidade Federal de Pernambuco. Avenida da Arquitetura, s/nº, Centro de Tecnologia e Geociências, 3º andar, Cidade Universitária, Recife, PE, Brasil. *artur.assis@ufpe.br*

Resumo: Bahia e Pernambuco compartilham o mesmo marco legal da mineração e integram a região, mas apresentam trajetórias distintas no setor mineral. Enquanto a Bahia possui uma base mineral em expansão, Pernambuco concentra-se na mineração de gipsita. Este artigo analisa em que medida essa diferença se relaciona às capacidades estatais de pesquisa mineral, com foco na Companhia Baiana de Pesquisa Mineral (CBPM), única estatal remanescente entre congêneres criadas no país na mesma década, sem equivalente em Pernambuco. A pesquisa adota estudo de casos comparados, baseado em sistemas mais semelhantes e rastreamento de processo, com documentos institucionais, legislação estadual e dados da Agência Nacional de Mineração, do Serviço Geológico do Brasil e do Observatório da Compensação Financeira pela Exploração Mineral. Os resultados indicam que a CBPM reduz o risco exploratório pela produção de conhecimento geológico, estruturação de oportunidades minerais e transferência de projetos à iniciativa privada mediante licitação, mantendo mecanismos de participação nas receitas geradas. Os resultados sugerem associação entre essa capacidade institucional e a diversificação mineral baiana, embora ela não explique isoladamente as diferenças. Discutem-se alternativas institucionais para fortalecer a pesquisa mineral em Pernambuco.

Palavras-chave: capacidade estatal, política mineral, pesquisa mineral, desenvolvimento mineral.

Abstract: Bahia and Pernambuco share the same legal framework for mining and are part of the same region, yet they exhibit distinct trajectories in the mineral sector. While Bahia possesses an expanding mineral base, Pernambuco focuses on gypsum mining. This article analyzes the extent to which this difference relates to state capacities for mineral exploration, focusing on the Companhia Baiana de Pesquisa Mineral (CBPM)—the only remaining state-owned entity among similar ones created in the country during the same decade, and one with no equivalent in Pernambuco. The research employs a comparative case study approach—based on a "most similar systems" design and process tracing—utilizing institutional documents, state legislation, and data from the National Mining Agency, the Geological Survey of Brazil, and the Observatory of Financial Compensation for Mineral Exploitation. The results indicate that the CBPM reduces exploration risk by generating geological knowledge, structuring mineral opportunities, and transferring projects to the private sector through competitive bidding, while retaining mechanisms to share in the generated revenues. The findings suggest a link between this institutional capacity and Bahia's mineral diversification, although this factor alone does not account for the differences. Institutional alternatives to strengthen mineral exploration in Pernambuco are discussed.

Keywords: state capacity, mineral policy, mineral exploration, mineral development.

Este manuscrito é aberto (*Open access*) e está disponível gratuitamente sob a licença *Creative Commons Attribution 4.0*. Esta permite o uso, a distribuição e a reprodução em qualquer meio ou formato, desde que a sua autoria seja devidamente citada.

Recebido em: 22/08/2026
Aceito em: 25/08/2026

1 INTRODUÇÃO

A economia mineral do Nordeste brasileiro apresenta uma assimetria estrutural evidente. Nas últimas décadas, a Bahia consolidou um setor mineral diversificado e em expansão: figurou entre os quatro maiores produtores do Brasil em Valor da Produção Mineral (VPM) em 2024, respondendo por cerca de 3,7% do total nacional. O estado detém a produção exclusiva de bens como magnesita, vanádio, urânio, sal-gema e diamante em kimberlito, registrando um crescimento de 300% na produção comercializada em dez anos (Brasil Mineral, 2025). Pernambuco, em contraste, mantém severa dependência de uma única substância não metálica. A extração de gipsita no Polo Gesseiro do Araripe responde por 97% da produção nacional de gesso, configurando uma matriz de baixo valor agregado e incipiente diversificação (Serviço Geológico do Brasil, 2024).

A justificativa habitual para essa divergência apoia-se no determinismo geológico, pressupondo que o subsolo baiano seria naturalmente mais rico. Esse argumento, contudo, é insuficiente por ignorar que a riqueza mineral não é um dado prévio, mas o resultado de um esforço sistemático de pesquisa. A prospecção geológica exige alto investimento, tem longo prazo de maturação e envolve elevado risco financeiro. Trata-se, na formulação clássica da economia da informação, da produção de um bem público que gera externalidades positivas: uma vez revelado o potencial de uma região, o benefício estende-se a terceiros, reduzindo o incentivo privado para a produção desse conhecimento (Arrow, 1962). Configura-se, assim, uma falha de coordenação e subinvestimento pelo mercado.

A justificativa econômica para a atuação do Estado decorre precisamente dessa falha. Ao produzir conhecimento geológico e absorver o risco da fase exploratória, o poder público reduz a incerteza e antecipa a revelação do potencial do território. Nesse contexto, a Bahia destaca-se pela atuação contínua da Companhia Baiana de Pesquisa Mineral (CBPM), criada em 1972. À luz da teoria da capacidade estatal, a CBPM materializa o conceito de autonomia inserida (embedded autonomy) formulado por Evans (2004). A companhia atua como uma burocracia coesa e tecnicamente competente, capaz de gerar dados e coordenar-se com o setor privado para induzir investimentos, sem a ele se subordinar. Pernambuco, por sua vez, não possui capacidade estatal equivalente. A governança do setor é fragmentada entre órgãos de desenvolvimento de propósito geral, dependendo quase exclusivamente do serviço geológico federal para a mitigação de sua lacuna informacional.

"O Estado da Bahia detém a produção exclusiva de bens como magnesita, vanádio, urânio, sal-gema e diamante em kimberlito, registrando um crescimento de 300% na produção "comercializada em dez anos (Brasil Mineral, 2025)."

Essa disparidade institucional condiciona fortemente as possibilidades de agregação de valor e desenvolvimento regional. Em consonância com a teoria dos encadeamentos (Hirschman, 1958), a pesquisa mineral, ao diversificar a base de substâncias conhecidas e lavráveis, amplia o leque de encadeamentos produtivos possíveis (para frente, para trás e fiscais). A ausência dessa diversificação aproxima o território da dinâmica de um enclave (Enríquez, 2008), limitando o desenvolvimento socioeconômico. Ademais, essa divergência submete-se ao mecanismo de dependência de trajetória (path dependence): a vantagem baiana é cumulativa, pois o acervo geológico reduz o custo de novas descobertas; já a inércia pernambucana foi reforçada pela consolidação precoce e rentável do polo gesseiro, que tornou progressivamente mais custosa e menos evidente a decisão de criar uma instituição própria de pesquisa (North, 1990).

Diante desse cenário, este artigo investiga os mecanismos pelos quais uma empresa estadual de pesquisa mineral atua na indução da diversificação da economia subnacional. A hipótese central é a de que a capacidade estatal de pesquisa, ao reduzir o risco exploratório, determina o potencial de diversificação de um estado. Dessa premissa derivam duas hipóteses subsidiárias: (i) a divergência mineral entre Bahia e Pernambuco explica-se sistematicamente pela assimetria institucional, e não apenas pela dotação geológica; e (ii) essa assimetria gera vantagens cumulativas dependentes de trajetória.

Para testar essas hipóteses, a pesquisa adota um desenho metodológico comparativo, caracterizando o modelo da CBPM e o arranjo pernambucano para isolar o peso da variável institucional. Do ponto de vista das políticas públicas, o trabalho fornece subsídios práticos para o planejamento estratégico voltado à diversificação produtiva, demonstrando que o Nordeste, frequentemente tratado como um bloco homogêneo, é marcado por trajetórias institucionais distintas que definem seu sucesso ou estagnação na economia mineral.

2 METODOLOGIA

2.1 Estratégia de pesquisa e desenho comparado

Adota-se a estratégia de estudo de casos comparados, no desenho de sistemas mais semelhantes (most similar systems design), tal como formulado na tradição da política comparada (Przeworski; Teune, 1970). Nesse desenho, selecionam-se casos que compartilham o maior número possível de características, de modo a isolar a variável em que diferem e que se supõe explicar o resultado divergente. A lógica é a do método da diferença de Mill: se dois casos são semelhantes em tudo, exceto em um fator, e diferem no resultado, esse fator é candidato a causa. O procedimento analítico complementar é o rastreamento de processo (process tracing), voltado a reconstituir o mecanismo que liga a variável explicativa ao resultado, e não apenas a constatar a correlação entre ambos (George; Bennett, 2005).

Reconhece-se, de saída, a limitação inferencial de um desenho de dois casos: ele não permite estabelecer causalidade em sentido estatístico, nem estimar a magnitude do efeito. Seu propósito é outro: evidenciar a plausibilidade do mecanismo, afastar explicações concorrentes e gerar hipóteses passíveis de teste posterior em desenhos de maior escala. É, portanto, um estudo de natureza teórico-geradora, e não confirmatória.

2.2 Seleção e comparabilidade dos casos

Bahia e Pernambuco satisfazem bem as exigências do desenho adotado, conforme sintetiza o Quadro 1. Ambos submetem-se ao mesmo marco legal minerário federal (o Código de Mineração e a regulação da Agência Nacional de Mineração); integram a mesma macrorregião e a mesma área de atuação da política de desenvolvimento regional; possuem embasamento geológico com faixas cristalinas comparáveis, favoráveis tanto a metais quanto a minerais industriais; enfrentam gargalos logísticos, hídricos e energéticos de natureza semelhante, próprios do semiárido nordestino; e dispõem de instituições de pesquisa e ensino superior em geociências. Diferem, de modo saliente, na existência de uma empresa estadual de pesquisa mineral (presente na Bahia, ausente em Pernambuco), que constitui a variável explicativa sob exame.

Quadro 1 - Comparabilidade dos casos no desenho de sistemas mais semelhantes

Dimensão	Bahia	Pernambuco
Marco legal minerário	Federal, comum	Federal, comum
Macrorregião e política regional	Nordeste; mesma área	Nordeste; mesma área
Embasamento geológico	Faixas cristalinas favoráveis	Faixas cristalinas favoráveis
Gargalos hídricos e energéticos	Semiárido; restrições	Semiárido; restrições
Empresa estadual de pesquisa mineral	Presente (CBPM, 1972)	Ausente
Resultado (variável dependente)	Base diversificada, em expansão	Base concentrada na gipsita

Fonte: elaboração dos autores.

2.3 Fontes de dados e indicadores

As fontes primárias compreendem a legislação estadual de criação e de reforma da CBPM, seus documentos institucionais e regimentais, e os documentos de planejamento do setor mineral em Pernambuco, incluindo o plano de desenvolvimento do arranjo produtivo local do gesso. As fontes secundárias incluem entrevistas publicadas com dirigentes, matérias especializadas e literatura acadêmica sobre os dois casos. As fontes quantitativas provêm da Agência Nacional de Mineração (valor da produção mineral comercializada e arrecadação da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM), por estado e substância), do Serviço Geológico do Brasil e de balanços setoriais.

Quatro indicadores sustentam a comparação. O primeiro é o valor da produção mineral comercializada de cada estado e sua evolução, medida da escala e do dinamismo da atividade. O segundo é a diversidade de substâncias produzidas, medida da amplitude da base mineral e, indiretamente, do potencial de encadeamento. O terceiro é o investimento em pesquisa mineral por estado, medida direta do esforço exploratório. O quarto é a arrecadação de CFEM e sua distribuição, medida da renda pública gerada e de sua concentração territorial.

2.4 Limitações do estudo

Este estudo apresenta quatro limitações principais. A primeira refere-se ao caráter declaratório dos dados utilizados, provenientes da Agência Nacional de Mineração (ANM), os quais podem estar sujeitos a inconsistências ou defasagens decorrentes do processo de alimentação das bases oficiais. A segunda diz respeito à impossibilidade de estabelecer relações de causalidade a partir da comparação entre apenas dois casos, limitação inerente ao desenho metodológico adotado. A terceira decorre da existência de fatores contextuais não integralmente controláveis, como diferenças de escala econômica, trajetória político-institucional e características geológicas e minerárias de cada estado, que podem influenciar os resultados observados. Embora tais fatores tenham sido considerados na análise, não foi possível isolá-los completamente. Por fim, há uma assimetria na disponibilidade de informações entre os casos analisados. Enquanto a Companhia Baiana de Pesquisa Mineral (CBPM) dispõe de ampla documentação institucional e acadêmica, o arranjo institucional pernambucano apresenta informações mais dispersas, o que pode introduzir diferenças de visibilidade entre os casos. Para

minimizar esse viés, a análise fundamentou-se em múltiplas fontes independentes, buscando assegurar maior consistência e equilíbrio na comparação.

3 AS EMPRESAS ESTADUAIS DE PESQUISA MINERAL NO BRASIL

Para compreender a trajetória da Companhia Baiana de Pesquisa Mineral (CBPM), é necessário contextualizar sua criação no cenário da política mineral brasileira. Durante a década de 1970, no âmbito da estratégia nacional de desenvolvimento adotada pelo regime militar e da política de substituição de importações, o Estado ampliou sua atuação na pesquisa e no conhecimento do potencial mineral do país. No plano federal, destacavam-se a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), atual Serviço Geológico do Brasil, responsável pelo mapeamento geológico sistemático; a Nuclebrás, voltada aos minerais nucleares; a Rio Doce Geologia (Docegeo), vinculada à então estatal Vale do Rio Doce; e a Petromisa, subsidiária da Petrobras destinada à pesquisa de minerais associados. Em comum, essas instituições partiam da premissa de que a elevada incerteza, os altos custos e o longo horizonte de maturação da atividade exploratória justificavam a atuação direta do Estado nessa etapa da cadeia mineral (Sociedade Brasileira de Geoquímica, s.d.).

No âmbito estadual, diversos governos adotaram estratégia semelhante, criando empresas públicas voltadas à pesquisa geológica e à promoção do desenvolvimento mineral. Além da CBPM, instituída na Bahia em 1972, destacam-se a Metais de Goiás (Metago), a Metais de Minas Gerais (Metamig), criada em 1977, e a Minerais do Paraná (Mineropar), também criada em 1977 (Sociedade Brasileira de Geoquímica, s.d.; Minerais do Paraná, 2025). O objetivo dessas organizações era reduzir a incerteza geológica, ampliar o conhecimento sobre o potencial mineral dos estados e criar condições para atrair investimentos privados destinados ao aproveitamento econômico das jazidas identificadas.

Ao longo das décadas seguintes, entretanto, a maior parte dessas empresas foi extinta, incorporada a outros órgãos públicos ou teve suas funções significativamente reduzidas. A Mineropar, por exemplo, foi incorporada, em 2017, ao Instituto de Terras, Cartografia e Geociências do Paraná, posteriormente integrado ao Instituto Água e Terra (Minerais do Paraná, 2025). Entre as justificativas frequentemente apresentadas para essas reestruturações está o entendimento de que o avanço do conhecimento geológico reduziu a necessidade de manutenção de empresas públicas especializadas exclusivamente em pesquisa mineral (Brasil Mineral, 2025).

Nesse contexto, a CBPM constitui um caso singular, por manter, desde sua criação, atuação contínua como empresa estadual dedicada à pesquisa e à promoção do desenvolvimento mineral. Essa permanência a distingue das experiências adotadas por outros estados e justifica sua escolha como objeto central deste estudo.

Essa trajetória tem implicações diretas para a análise desenvolvida neste artigo. A inexistência de uma empresa estadual de pesquisa mineral em Pernambuco não representa uma exceção no contexto brasileiro; ao contrário, a predominância nacional foi a descontinuidade ou a não manutenção de estruturas dessa natureza. A singularidade reside na permanência da experiência baiana. Assim, a questão de pesquisa ultrapassa a simples indagação sobre as razões pelas quais Pernambuco não constituiu uma instituição semelhante, buscando compreender também os fatores que explicam

a continuidade da CBPM e em que medida sua experiência pode oferecer subsídios para o aperfeiçoamento das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento do setor mineral em outros estados.

4 A COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL E O MODELO BAIANO

4.1 Origem e trajetória

A Companhia Baiana de Pesquisa Mineral (CBPM) foi criada em 18 de dezembro de 1972, por meio de lei estadual, como sociedade de economia mista vinculada à secretaria responsável pelo desenvolvimento econômico da Bahia (CBPM, 2024; Brasil Mineral, 2025). Sua trajetória pode ser compreendida em três fases. Na primeira, durante a década de 1970, a empresa concentrou seus esforços no mapeamento geológico sistemático do território baiano, formando a base de conhecimento que se tornaria seu principal ativo institucional. Na segunda, iniciada nos anos 1980, ampliou sua atuação por meio da criação de subsidiárias e de parcerias com empresas privadas voltadas à viabilização econômica das jazidas identificadas. Na fase mais recente, consolidou-se como agente de fomento ao setor mineral, deslocando gradualmente o foco da pesquisa direta para a indução de investimentos e o apoio ao desenvolvimento da atividade mineral (Brasil de Fato, 2025).

A principal característica de sua trajetória é a continuidade institucional. Enquanto a maior parte das empresas estaduais de pesquisa mineral foi extinta ou incorporada a outras estruturas administrativas, a CBPM permaneceu em operação por mais de cinco décadas, acumulando um expressivo patrimônio técnico e informacional. Ao longo desse período, desenvolveu mais de 400 projetos técnicos e constituiu um dos mais abrangentes acervos geológicos estaduais do país, abrangendo mapeamento geológico, levantamentos aerogeofísicos, estudos geoquímicos, atividades de exploração e avaliação de reservas minerais (Conexão Mineral, 2017). Esse conjunto de informações é disponibilizado por meio de um sistema próprio de dados geocientíficos, que permite a consulta e a visualização de mapas temáticos e por áreas de interesse, funcionando como uma infraestrutura de suporte à pesquisa e à atração de investimentos para o setor mineral baiano (CBPM, 2024).

4.2 O modelo de atuação: absorver o risco, transferir a oportunidade

O modelo de atuação da Companhia Baiana de Pesquisa Mineral (CBPM) pode ser compreendido em quatro etapas. Inicialmente, a empresa realiza estudos geológicos básicos e atividades de prospecção financiados com recursos públicos e receitas próprias. Em seguida, transforma essas informações em oportunidades minerais, identificando depósitos com potencial econômico e avaliação preliminar de reservas. Na terceira etapa, essas oportunidades são ofertadas à iniciativa privada por meio de processos licitatórios, cabendo às empresas vencedoras os investimentos necessários ao detalhamento da pesquisa, ao desenvolvimento do empreendimento e à lavra. Por fim, a CBPM é remunerada pelo aproveitamento econômico das áreas concedidas, por meio de royalties e de prêmios de oportunidade mineral, constituindo uma fonte recorrente de receitas que contribui para sua sustentabilidade financeira (Portal Gov Bahia, 2008; Conexão Mineral, 2017).

Sob a perspectiva econômica, esse arranjo baseia-se na socialização do risco exploratório e na transferência da etapa produtiva à iniciativa privada. O Estado financia a fase de maior incerteza e menor atratividade para o investimento privado, reduzindo o risco geológico até que os depósitos apresentem viabilidade suficiente para despertar o interesse do mercado. Em contrapartida, preserva participação na renda gerada pelos empreendimentos, alinhando os incentivos públicos ao desempenho da atividade mineral. À luz do referencial teórico adotado, o modelo apresenta características compatíveis com o conceito de autonomia inserida, na medida em que combina coordenação estatal com participação da iniciativa privada. Nesse arranjo, o Estado não substitui o mercado nem se limita a uma função regulatória; atua como indutor da atividade mineral, compartilhando riscos, articulando investimentos e preservando mecanismos de captura parcial dos benefícios econômicos decorrentes da exploração dos recursos minerais.

Os resultados desse modelo podem ser observados em diversos empreendimentos desenvolvidos a partir de áreas pesquisadas pela companhia e posteriormente transferidas à iniciativa privada. Entre os principais exemplos destacam-se os projetos de níquel de Itagibá, ouro de Santa Luz, vanádio de Maracás e bentonita de Vitória da Conquista. A mesma estratégia permanece em utilização, como demonstra o acordo firmado em 2025 para pesquisas de ouro no município de Iramaia, na Chapada Diamantina, cuja exploração, caso viabilizada, prevê a geração de royalties para o Estado da Bahia (Portal Gov Bahia, 2008; Revista Minérios, 2025).

4.3 Resultados alcançados

Os resultados associados ao modelo de atuação da CBPM podem ser analisados a partir de três dimensões: produção mineral, diversificação da base produtiva e intensidade da pesquisa mineral. Em termos de produção, a Bahia ocupou, em 2024, a quarta posição nacional em valor da produção mineral comercializada, respondendo por aproximadamente 3,7% do total brasileiro. Na década anterior, o estado registrou crescimento superior a 300% nesse indicador (Brasil Mineral, 2025). Quanto à diversificação, destaca-se por ser o único produtor nacional de diversas substâncias minerais de elevado valor agregado, entre elas magnesita, vanádio, urânio, sal-gema, sodalita e diamante em kimberlito, reunindo uma cesta mineral mais diversificada do que a observada na maior parte dos estados nordestinos. No que se refere à pesquisa mineral, a Bahia consolidou-se como uma das principais referências nacionais, concentrando, em período recente, parcela significativa dos investimentos realizados no país nessa atividade (Portal Gov Bahia, 2023).

"Em termos de produção, a Bahia ocupou, em 2024, a quarta posição nacional em valor da produção mineral comercializada, respondendo por aproximadamente 3,7% do total brasileiro."

A distribuição territorial da atividade mineral reflete essa diversidade produtiva. Municípios como Jacobina, tradicional produtor de ouro, Jaguarari, com destaque para o cobre, e Itagibá, importante produtor de níquel, figuram entre os principais arrecadadores da Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM) no estado. Em conjunto, a Bahia concentra a maior parcela da arrecadação de CFEM da Região Nordeste (Movimento Econômico, 2026).

Embora não seja possível estabelecer uma relação de causalidade direta entre a atuação da CBPM e esses resultados, a literatura e os indicadores analisados sugerem uma associação consistente entre o investimento contínuo em pesquisa geológica, a

ampliação do conhecimento sobre o potencial mineral do estado, a diversificação da produção e o fortalecimento da arrecadação mineral. Nesse contexto, a experiência baiana constitui um exemplo de política pública em que a geração de informação geológica se articula ao desenvolvimento da atividade mineral e à ampliação das receitas públicas decorrentes da exploração dos recursos minerais.

4.4 A inflexão de 2025 e seus desdobramentos

Em 2025, a Companhia Baiana de Pesquisa Mineral (CBPM) passou por uma reforma legal que ampliou significativamente seu escopo de atuação. Além da pesquisa mineral, a empresa foi autorizada a atuar diretamente nas atividades de exploração, lavra, beneficiamento, descomissionamento de minas e reaproveitamento de rejeitos, acompanhada da atualização de sua denominação institucional, com a manutenção da sigla CBPM (BE News, 2025; Brasil de Fato, 2025). A mudança está alinhada à estratégia anunciada por sua direção de ampliar a participação da companhia nos empreendimentos minerais, deixando de atuar exclusivamente na pesquisa para também integrar projetos de exploração, com o objetivo de fortalecer a retenção de investimentos e ampliar o retorno econômico para o Estado da Bahia (Brasil Mineral, 2025).

A ampliação das atribuições da empresa, entretanto, tem sido objeto de interpretações distintas. Sob a perspectiva do governo estadual, a reforma representa uma modernização institucional voltada ao fortalecimento da cadeia mineral baiana, à agregação de valor e ao posicionamento estratégico do estado no contexto da crescente demanda por minerais críticos. Em sentido diverso, organizações da sociedade civil e parte da literatura especializada apontam que a ampliação das competências da companhia pode aproximá-la de interesses empresariais e reduzir a centralidade de sua função histórica de produção de conhecimento geológico e indução do desenvolvimento mineral (Brasil de Fato, 2025).

Essa controvérsia evidencia que o modelo baiano permanece em transformação e que sua evolução institucional envolve oportunidades e desafios. Para os objetivos deste estudo, esse aspecto é particularmente relevante, pois indica que a eventual adoção de um modelo semelhante por Pernambuco exigiria uma análise crítica das diferentes alternativas de desenho institucional, e não a simples reprodução da configuração atualmente adotada pela CBPM.

5 PERNAMBUCO: CONCENTRAÇÃO NO GESSO E ARRANJO INSTITUCIONAL

5.1 A base mineral e o Polo Gesseiro do Araripe

A base mineral de Pernambuco caracteriza-se pela predominância da gipsita, cuja exploração se concentra no Polo Gesseiro do Araripe, formado pelos municípios de Araripina, Trindade, Ipubi, Ouricuri e Bodocó. O polo responde por aproximadamente 97% da produção nacional da matéria-prima e está assentado sobre reservas estimadas em mais de um bilhão de toneladas, correspondentes a uma parcela expressiva das reservas conhecidas mundialmente (Serviço Geológico do Brasil, 2024; Sebrae, 2025). A elevada pureza da gipsita e as condições favoráveis de explotação contribuem para reduzir os custos de extração e beneficiamento, conferindo competitividade ao polo e consolidando sua importância no abastecimento do mercado brasileiro de gesso.

A relevância econômica do Polo Gesseiro do Araripe também se expressa em sua estrutura produtiva. Dados setoriais indicam a existência de centenas de empresas ligadas às atividades de extração mineral e à fabricação de materiais de construção, das quais mais de uma centena atuam diretamente na cadeia produtiva do gesso, abrangendo desde a mineração e a calcinação até a produção de pré-moldados e outros artefatos (Sebrae, 2025). O polo gera milhares de empregos diretos e indiretos e constitui um dos principais arranjos produtivos minerais do Nordeste, desempenhando papel estratégico no suprimento do mercado nacional de gesso.

Apesar de sua expressiva importância econômica, a estrutura mineral pernambucana apresenta forte concentração em uma única cadeia produtiva. Essa especialização contrasta com a maior diversificação da base mineral baiana e constitui um dos principais elementos de comparação entre os modelos analisados neste estudo.

5.2 A cadeia produtiva do gesso e seus gargalos

A compreensão dos limites do modelo mineral pernambucano requer a análise da cadeia produtiva do gesso e dos principais entraves ao seu desenvolvimento. A transformação da gipsita em gesso depende da etapa de calcinação, processo intensivo em energia térmica que constitui uma das fases centrais da cadeia produtiva. Historicamente, essa demanda energética foi suprida principalmente por lenha, cuja utilização esteve associada à pressão sobre a vegetação nativa da Caatinga e à ocorrência de desmatamento, em parte de origem ilegal (Santos et al., 2023). Com a redução da disponibilidade de biomassa nas áreas próximas ao polo, o abastecimento passou a depender do transporte de lenha proveniente de estados vizinhos, como Piauí, Ceará e Maranhão, em distâncias que podem alcançar 400 a 450 quilômetros, elevando os custos de produção e ampliando os impactos ambientais associados à cadeia (Algomais, 2025).

A esse desafio soma-se a limitação hídrica característica da região do Araripe. A baixa disponibilidade de água restringe a implantação de processos industriais mais complexos e de maior intensidade hídrica, limitando a agregação de valor à produção mineral local (Desafios PE, 2006). Como consequência, a cadeia produtiva permanece fortemente concentrada nas etapas de extração, calcinação e fabricação de produtos de menor complexidade tecnológica, enquanto segmentos de maior valor agregado, como gessos especiais e placas técnicas, apresentam menor desenvolvimento em escala.

Nos últimos anos, iniciativas voltadas à inovação tecnológica têm buscado enfrentar essas limitações. Ações promovidas por instituições de apoio empresarial e pelo governo estadual discutem alternativas para a diversificação da matriz energética, incluindo o aproveitamento da energia solar concentrada, bem como novos usos para a gipsita. Paralelamente, o segmento de gesso agrícola, cuja produção dispensa a etapa de calcinação e demanda apenas processos de britagem e moagem, apresenta-se como uma alternativa promissora para ampliar a diversificação da cadeia produtiva com menor consumo energético (Sebrae, 2025; Algomais, 2025).

5.3 O arranjo institucional de Pernambuco

A atuação do Estado de Pernambuco no setor mineral não se estrutura em torno de uma instituição especializada em pesquisa geológica e prospecção mineral, mas distribui-se entre diferentes órgãos com competências mais amplas. A Secretaria de

Desenvolvimento Econômico e a Agência de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco desenvolvem ações voltadas ao apoio produtivo e à infraestrutura regional. A Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação, por meio do Instituto de Tecnologia de Pernambuco (ITEP), executa programas destinados ao fortalecimento da competitividade dos arranjos produtivos locais, incluindo o Polo Gesseiro do Araripe, em articulação com entidades empresariais, o sindicato do setor e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) (Instituto de Tecnologia de Pernambuco, 2023; Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação de Pernambuco, 2023). A produção de conhecimento geológico sobre o território estadual permanece, em grande medida, sob responsabilidade do Serviço Geológico do Brasil, responsável pela elaboração dos principais levantamentos e mapas geológicos utilizados no estado (Serviço Geológico do Brasil, 2024).

Em comparação com a experiência baiana, observam-se duas diferenças institucionais relevantes. A primeira refere-se ao foco de atuação ao longo da cadeia mineral. Enquanto a CBPM concentra esforços nas etapas iniciais, produzindo conhecimento geológico e identificando novas oportunidades de exploração, a atuação do Estado de Pernambuco prioriza o fortalecimento de uma cadeia produtiva já consolidada, com ênfase no Polo Gesseiro do Araripe. A segunda diferença diz respeito ao desenho institucional. Na Bahia, as atividades de pesquisa mineral encontram-se concentradas em uma organização especializada, dotada de mandato específico e de um acervo técnico acumulado ao longo de mais de cinco décadas. Em Pernambuco, por sua vez, essas funções distribuem-se entre diferentes instituições cujas competências abrangem diversas áreas de atuação, sem um órgão dedicado exclusivamente à pesquisa mineral.

Essas diferenças sugerem a existência de capacidades institucionais distintas entre os dois estados. Enquanto o modelo baiano favorece a acumulação continuada de conhecimento geológico e de competências especializadas em uma única organização, o arranjo pernambucano prioriza a coordenação de políticas voltadas ao fortalecimento da atividade mineral já estabelecida, sem a constituição de uma instituição estadual dedicada especificamente à pesquisa e à prospecção mineral.

5.4 Por que Pernambuco não constituiu empresa análoga?

A inexistência de uma empresa estadual de pesquisa mineral em Pernambuco pode ser compreendida a partir de três conjuntos de fatores. O primeiro é de natureza histórica e institucional. A criação dessas empresas ocorreu, em sua maioria, durante a década de 1970, em função de decisões específicas dos governos estaduais. Pernambuco não instituiu uma organização com esse perfil naquele período e, diferentemente da Bahia, não iniciou o processo de acumulação de conhecimento geológico e de capacidades técnicas que, ao longo do tempo, contribuíram para a consolidação da CBPM. Como discutido na Seção 4, a inexistência ou a posterior extinção dessas empresas constituiu o padrão predominante no cenário nacional.

O segundo conjunto de fatores relaciona-se à estrutura econômica e ao perfil da atividade mineral do estado. A consolidação do Polo Gesseiro do Araripe como principal base da mineração pernambucana direcionou os esforços institucionais para o fortalecimento de uma cadeia produtiva já estabelecida, reduzindo a prioridade atribuída à prospecção sistemática de novos recursos minerais. Em contraste, a experiência baiana esteve associada a uma estratégia de ampliação contínua do conhecimento geológico e de diversificação da base mineral por meio de investimentos permanentes em pesquisa.

O terceiro fator refere-se às restrições fiscais e aos incentivos políticos associados a políticas públicas de longo prazo. A criação e a manutenção de uma empresa estadual de pesquisa mineral demandam investimentos contínuos, cujos resultados são incertos e, frequentemente, somente se materializam após vários anos. Em contextos de restrição orçamentária e de ciclos políticos relativamente curtos, iniciativas dessa natureza tendem a enfrentar maiores dificuldades de implementação e continuidade, uma vez que seus benefícios podem ser apropriados apenas no médio ou no longo prazo.

Em conjunto, esses fatores sugerem um processo de dependência de trajetória. A ausência inicial de uma instituição especializada dificultou a formação de capacidades técnicas permanentes, enquanto a concentração da atividade mineral na cadeia do gesso reforçou a priorização de políticas voltadas ao fortalecimento desse segmento. Nesse contexto, a eventual criação de uma empresa estadual de pesquisa mineral dependeria de uma decisão estratégica de longo prazo, capaz de promover a construção gradual de capacidades institucionais voltadas à geração de conhecimento geológico e à diversificação da base mineral pernambucana.

6 ANÁLISE COMPARATIVA

A comparação sistemática entre os dois casos, sintetizada no Quadro 2, evidencia que a diferença institucional se associa a diferenças consistentes de resultado, controladas as variáveis comuns identificadas no Quadro 1.

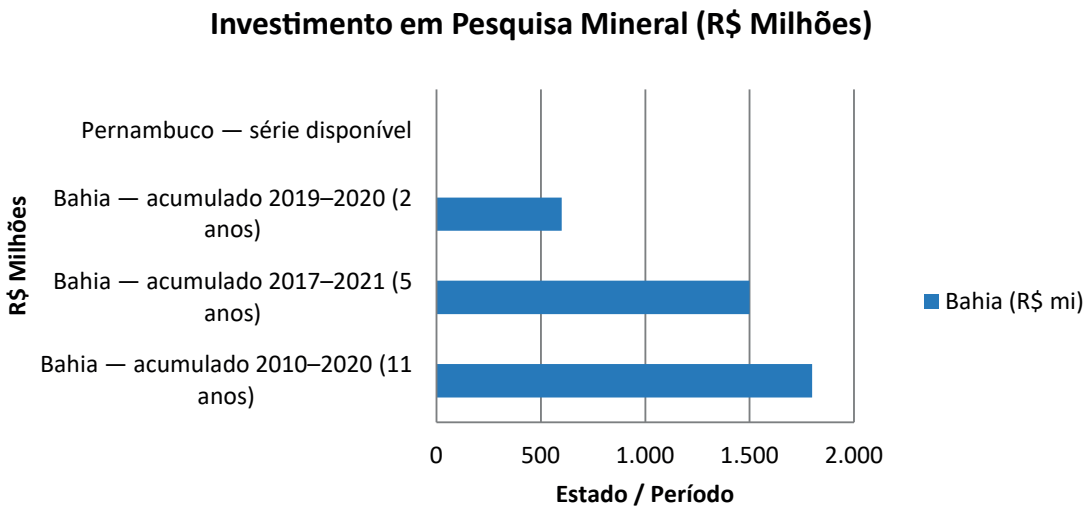
Quadro 2 - Comparação institucional e de resultados do setor mineral: Bahia e Pernambuco

Dimensão	Bahia	Pernambuco
Instituição de pesquisa mineral	Empresa estadual dedicada (CBPM), criada em 1972 e em atividade contínua.	Ausente; funções dispersas em órgãos de desenvolvimento, ciência e tecnologia e apoio a arranjos produtivos.
Produção de conhecimento geológico	Acervo próprio de meio século; mais de 400 projetos técnicos; sistema de informações geológicas.	Depende sobretudo do serviço geológico federal.
Foco da atuação estatal	A montante: revelar novas oportunidades minerais.	A jusante: apoiar o arranjo do gesso já instalado.
Modelo de fomento	Absorção do risco exploratório e transferência da oportunidade à iniciativa privada via licitação, com retorno em royalties.	Apoio à competitividade, crédito e infraestrutura do polo existente.
Base mineral	Diversificada: metais, minerais industriais e gemas; único produtor nacional de várias substâncias.	Concentrada na gipsita (cerca de 97% do gesso nacional), de baixo valor unitário.
Posição nacional (valor)	Entre os quatro maiores; cerca de 3,7% do valor nacional em 2024.	Participação modesta, concentrada em bem de baixo valor.
Dinâmica recente	Crescimento superior a 300% em dez anos; liderança em investimento em pesquisa.	Expansão da produção física do gesso sem diversificação equivalente.
Principal gargalo	Tensões de governança na transição para a produção.	Energia (lenha da Caatinga), água e baixo beneficiamento.

Fonte: elaboração própria a partir de CBPM (2024), Brasil Mineral (2025), Serviço Geológico do Brasil (2024), Sebrae (2025) e Agência Nacional de Mineração.

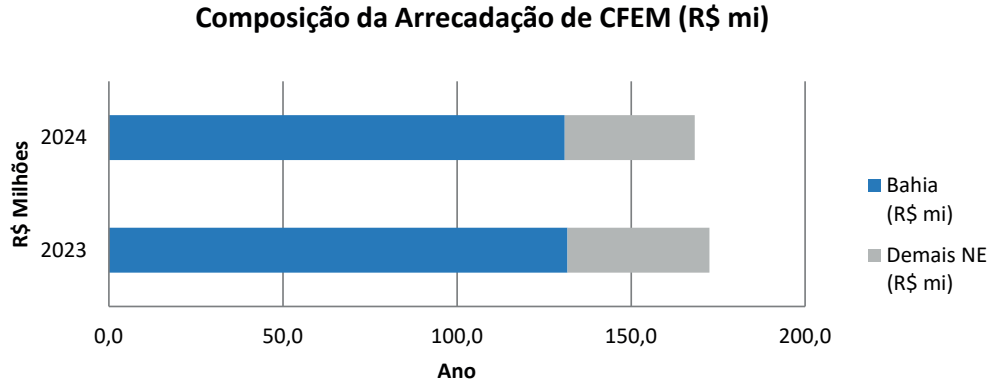
A comparação entre Bahia e Pernambuco sugere que as diferenças institucionais estão associadas a trajetórias distintas de desenvolvimento do setor mineral. Enquanto a Bahia estruturou uma instituição especializada na produção de conhecimento geológico e na promoção de novas oportunidades minerais, Pernambuco concentrou sua atuação no fortalecimento de uma cadeia produtiva já estabelecida. Os indicadores apresentados ao longo deste estudo mostram que a Bahia reúne maior diversidade de substâncias minerais, maior intensidade em aportes financeiros exploratórios, ilustrado no Gráfico 1, e maior participação na produção e na arrecadação mineral da região, ilustrado no gráfico 2, ao passo que Pernambuco permanece fortemente concentrado na cadeia da gipsita.

Gráfico 1 – Investimento em pesquisa mineral: análise comparativa entre Bahia e Pernambuco.



Fonte: Agência Nacional de Mineração (ANM), com dados compilados por Brasil Mineral (2022) e Observatório da Mineração (2022).

Gráfico 2 – Composição da arrecadação de CFEM entre a Bahia e os demais estados do Nordeste nos anos de 2023 e 2024.



Fonte: Elaboração própria com base em dados do Observatório da CFEM / Agência Nacional de Mineração (ANM).

Esses resultados são compatíveis com a hipótese de que capacidades institucionais voltadas à pesquisa geológica favorecem a ampliação do conhecimento sobre o potencial mineral e a diversificação da atividade extrativa.

Essa interpretação, contudo, deve ser examinada à luz de explicações alternativas. A primeira refere-se à dotação geológica. É plausível que diferenças naturais entre os estados contribuam para explicar parte do desempenho observado. Entretanto, a própria literatura evidencia que parcela significativa do conhecimento atualmente disponível sobre o potencial mineral baiano decorre de investimentos contínuos em pesquisa geológica, indicando que a identificação de novas ocorrências minerais depende não apenas da existência dos recursos, mas também da capacidade institucional de investigá-los e caracterizá-los.

Uma segunda explicação relaciona-se à escala econômica. A Bahia possui economia de maior dimensão e maior capacidade de investimento público, fatores que podem favorecer a estruturação de instituições especializadas. Ainda assim, esse aspecto, isoladamente, não parece suficiente para explicar as diferenças observadas, uma vez que outros estados brasileiros de porte semelhante não desenvolveram modelos institucionais comparáveis ao da CBPM nem apresentaram trajetória equivalente de atuação na pesquisa mineral.

Também merece consideração a influência da localização geológica e da proximidade de províncias minerais consolidadas. Esse fator certamente contribui para o potencial mineral baiano, mas sua efetiva conversão em empreendimentos econômicos depende da geração de conhecimento geológico e da capacidade de transformar esse conhecimento em oportunidades de investimento. Nesse sentido, a atuação institucional pode ser compreendida como um elemento que potencializa, ainda que não determine, o aproveitamento das condições naturais disponíveis.

Por outro lado, os resultados deste estudo também indicam limites importantes para a hipótese proposta. Embora a Bahia se destaque no contexto nordestino, sua participação no valor da produção mineral brasileira permanece relativamente modesta quando comparada aos principais estados mineradores do país, especialmente Minas Gerais e Pará. Além disso, apesar da maior diversificação mineral, parte expressiva da produção e da arrecadação continua concentrada em um número reduzido de substâncias e municípios. Esses aspectos indicam que a existência de uma instituição especializada em pesquisa mineral constitui um fator potencialmente relevante para o desenvolvimento do setor, mas não suficiente para explicar, isoladamente, o desempenho observado. Essa interpretação é consistente com o referencial teórico adotado, que compreende as instituições como mecanismos capazes de ampliar capacidades estatais e reduzir incertezas, sem atribuir-lhes papel determinante ou exclusivo no desenvolvimento econômico.

7 DISCUSSÃO: PERNAMBUCO PODERIA ADOTAR O MODELO BAIANO?

A associação observada entre capacidades estatais de pesquisa mineral e maior diversificação da atividade minerária conduz à questão central deste estudo: seria pertinente a constituição, em Pernambuco, de uma instituição com funções semelhantes às desempenhadas pela Companhia Baiana de Pesquisa Mineral (CBPM)? A análise

dessa possibilidade requer a consideração conjunta de seus potenciais benefícios, das condições necessárias à sua implementação e dos riscos inerentes a esse modelo institucional, buscando uma avaliação fundamentada que considere tanto as oportunidades quanto as limitações evidenciadas pela experiência baiana.

7.1 Potenciais

A eventual criação de uma empresa estadual de pesquisa mineral em Pernambuco poderia contribuir para o fortalecimento de capacidades institucionais atualmente distribuídas entre diferentes órgãos públicos. Em primeiro lugar, a instituição poderia ampliar a produção sistemática de conhecimento geológico sobre o território estadual, complementando a atuação do Serviço Geológico do Brasil e favorecendo a identificação de novas ocorrências minerais, inclusive de substâncias estratégicas associadas à transição energética. Em segundo lugar, poderia reduzir parte das incertezas inerentes à fase exploratória, estruturando oportunidades minerais aptas à atração de investimentos privados, em modelo semelhante ao adotado pela Companhia Baiana de Pesquisa Mineral (CBPM), com potencial para ampliar a geração de receitas públicas decorrentes da atividade mineral. Por fim, a instituição poderia desempenhar papel relevante no fortalecimento da própria cadeia produtiva do gesso, estimulando pesquisas voltadas à agregação de valor aos produtos, ao desenvolvimento de aplicações tecnológicas e à busca de alternativas energéticas para a etapa de calcinação, contribuindo para enfrentar um dos principais desafios à competitividade e à sustentabilidade do Polo Gesseiro do Araripe.

7.2 Condições necessárias

A experiência comparada indica que os resultados observados na Bahia não decorrem exclusivamente da criação de uma empresa estadual de pesquisa mineral, mas da combinação de condições institucionais que sustentam sua atuação ao longo do tempo. A primeira delas é a continuidade institucional, uma vez que a produção de conhecimento geológico constitui um processo cumulativo, cujo valor depende da manutenção e do aperfeiçoamento contínuo do acervo técnico. A descontinuidade administrativa e política tende a comprometer essa acumulação e, consequentemente, a reduzir a efetividade da instituição.

A segunda condição refere-se à existência de um corpo técnico qualificado e estável, capaz de assegurar a continuidade das atividades de pesquisa, da gestão do conhecimento e da formulação de projetos de longo prazo. Nesse sentido, políticas de valorização da burocracia especializada e de redução da rotatividade de pessoal mostram-se particularmente relevantes.

A terceira condição diz respeito à disponibilidade de financiamento compatível com o horizonte temporal da pesquisa mineral. Como os resultados da prospecção costumam demandar longos períodos para se materializar, a sustentabilidade da instituição depende da existência de mecanismos de financiamento capazes de reduzir os efeitos das oscilações orçamentárias e das mudanças de prioridades governamentais.

Por fim, a experiência da CBPM evidencia a importância de uma relação institucional equilibrada entre o Estado e a iniciativa privada. À luz do conceito de autonomia inserida, discutido na Seção 2, a efetividade desse tipo de organização depende da

capacidade de estabelecer cooperação com o setor produtivo, preservando, ao mesmo tempo, autonomia técnica e institucional na definição de prioridades e na condução de suas atividades.

7.3 Riscos

A eventual criação de uma empresa estadual de pesquisa mineral também envolve riscos que devem ser considerados na formulação de políticas públicas. O primeiro refere-se ao aspecto fiscal. A manutenção de uma instituição dessa natureza demanda investimentos contínuos, cujos resultados são incertos e tendem a se materializar apenas no médio e no longo prazo, o que pode representar um desafio para estados com maior restrição orçamentária.

O segundo risco relaciona-se à governança institucional. Organizações responsáveis pela geração de conhecimento geológico e pela estruturação de oportunidades minerais precisam estabelecer mecanismos transparentes de relacionamento com a iniciativa privada, de modo a reduzir potenciais conflitos de interesse e assegurar que as decisões permaneçam orientadas pelo interesse público. A recente controvérsia em torno da ampliação das atribuições da Companhia Baiana de Pesquisa Mineral (CBPM) evidencia a relevância desse debate e reforça a importância de estruturas robustas de governança, transparência e controle social (Brasil de Fato, 2025).

Por fim, devem ser considerados os riscos socioambientais associados à expansão da atividade mineral. Em regiões marcadas por restrições hídricas, elevada sensibilidade ambiental e presença de comunidades tradicionais, a ampliação da pesquisa e da exploração mineral pode intensificar conflitos relacionados ao uso dos recursos naturais e à ocupação do território. No caso do Polo Gesseiro do Araripe, os desafios associados à disponibilidade hídrica e aos impactos ambientais da atividade reforçam a necessidade de que eventuais iniciativas de expansão sejam acompanhadas por instrumentos adequados de planejamento, licenciamento e avaliação ambiental estratégica.

7.4 Alternativas institucionais para Pernambuco

A comparação entre Bahia e Pernambuco indica que a criação de uma empresa estadual de pesquisa mineral não constitui a única alternativa para o fortalecimento das capacidades institucionais do setor. Entre a constituição de uma organização com amplo escopo de atuação e a manutenção do arranjo institucional vigente, existem modelos intermediários que podem ser mais compatíveis com as condições fiscais, administrativas e produtivas de Pernambuco.

Uma primeira possibilidade consiste no fortalecimento da cooperação com o Serviço Geológico do Brasil e com as universidades e instituições de pesquisa sediadas no estado, ampliando os levantamentos geológicos e a produção de conhecimento sem a necessidade de criação de uma empresa estadual especializada. Uma segunda alternativa seria a formação de mecanismos de cooperação interestadual, como consórcios voltados à pesquisa mineral, permitindo o compartilhamento de infraestrutura, recursos técnicos e custos entre estados com características semelhantes. Uma terceira opção, de escopo mais específico, seria a criação de uma unidade dedicada ao

desenvolvimento tecnológico da cadeia produtiva do gesso, com foco na agregação de valor aos produtos, na inovação industrial e na busca por alternativas energéticas para a etapa de calcinação, direcionando esforços para os principais desafios atualmente enfrentados pelo Polo Gesseiro do Araripe.

A escolha entre esses diferentes arranjos institucionais depende dos objetivos estratégicos definidos pelo poder público, da disponibilidade de recursos financeiros e da capacidade administrativa para sua implementação. Nesse sentido, a análise desenvolvida neste artigo não pretende indicar um modelo único de organização institucional, mas oferecer elementos que contribuam para a avaliação das diferentes alternativas à luz da experiência comparada entre Bahia e Pernambuco.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A comparação entre Bahia e Pernambuco, estados inseridos em um contexto regional semelhante, mas distintos quanto à existência de uma empresa estadual de pesquisa mineral, sugere que a presença de capacidades estatais especializadas constitui um elemento relevante para compreender suas diferentes trajetórias no setor mineral. A experiência da Companhia Baiana de Pesquisa Mineral (CBPM) indica que a atuação continuada na produção de conhecimento geológico e na estruturação de oportunidades minerais pode favorecer a diversificação da base mineral e ampliar as possibilidades de atração de investimentos privados. Em Pernambuco, por sua vez, a ausência de uma instituição com funções semelhantes está associada à permanência de uma estrutura mineral fortemente concentrada na cadeia da gipsita, característica que, à luz do conceito de dependência de trajetória, tende a reforçar a especialização já consolidada.

Essa interpretação, contudo, deve ser compreendida com cautela. A existência de capacidades estatais especializadas constitui um fator potencialmente relevante, mas não suficiente para explicar o desempenho do setor mineral. Seus efeitos dependem da continuidade institucional, da estabilidade do corpo técnico, da disponibilidade de recursos financeiros e da existência de mecanismos adequados de governança. Além disso, fatores como a dotação geológica, a escala econômica e as trajetórias históricas também influenciam o desenvolvimento da atividade mineral. Embora o artigo tenha argumentado que o conhecimento sobre o potencial mineral é ampliado pelo investimento sistemático em pesquisa geológica, esse fator deve ser entendido como complementar, e não substitutivo, às características naturais do território.

A análise também evidencia que a eventual criação de uma empresa estadual de pesquisa mineral em Pernambuco não constitui, por si só, garantia de resultados semelhantes aos observados na Bahia. A singularidade da experiência baiana decorre não apenas da existência da instituição, mas da continuidade de sua atuação por mais de cinco décadas, permitindo a formação de capacidades técnicas, a acumulação de conhecimento geológico e o aperfeiçoamento gradual de seu modelo de funcionamento. Nesse sentido, alternativas institucionais de menor complexidade, voltadas ao fortalecimento da pesquisa mineral, da inovação tecnológica e da agregação de valor à cadeia do gesso, também merecem consideração no contexto pernambucano.

Como agenda para pesquisas futuras, destacam-se três possibilidades. A primeira consiste na realização de estudos quantitativos que investiguem a associação entre

investimentos públicos em pesquisa mineral e a diversificação da produção mineral em diferentes estados brasileiros, ampliando a capacidade inferencial em relação ao desenho comparativo adotado neste trabalho. A segunda refere-se à análise das trajetórias das empresas estaduais de pesquisa mineral extintas, como Metago, Metamig e Mineropar, buscando identificar os fatores associados à sua descontinuidade e compreender, por contraste, os elementos que favoreceram a permanência da CBPM. A terceira consiste na investigação das possibilidades de agregação de valor à cadeia produtiva do gesso no Polo Gesseiro do Araripe, com ênfase em inovação tecnológica, alternativas energéticas para a calcinação e estratégias de ampliação da competitividade do setor.

REFERÊNCIAS

ALGOMAIS. **Soluções para o polo gesseiro do Araripe, no sertão, estão no horizonte**. Recife, 4 dez. 2025. Disponível em: https://algomais.com/solucoes-para-o-polo-gesseiro-do-araripe-no-horizonte/. Acesso em: 18 jul. 2026.

ARROW, K. J. **Economic welfare and the allocation of resources for invention. In: NELSON, R. R**. (org.). The rate and direction of inventive activity. Princeton: Princeton University Press, 1962. p. 609-626.

AUTY, R. M. **Sustaining development in mineral economies**: the resource curse thesis. London: Routledge, 1993.

BE NEWS. **Governo da Bahia muda nome da CBPM e amplia atuação na mineração**. Salvador, 21 ago. 2025. Disponível em: https://portalbenews.com.br/governo-da-bahia-muda-nome-da-cbpm-e-amplia-atuacao-na-mineracao/. Acesso em: 18 jul. 2026.

BRASIL DE FATO. **PL que altera as competências da CBPM aprofunda o problema mineral na Bahia**. 17 nov. 2025. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/colunista/mam-ba/2025/11/17/. Acesso em: 18 jul. 2026.

BRASIL MINERAL. **CBPM quer ser muito mais do que uma empresa de pesquisa**. São Paulo, 2025. Disponível em: https://brasilmineral.com.br/noticias/cbpm-quer-ser-muito-mais-do-que-uma-empresa-de-pesquisa. Acesso em: 18 jul. 2026.

_____. **Em 10 anos, a produção mineral baiana cresce mais de 300%**. São Paulo, 21 out. 2025. Disponível em: https://brasilmineral.com.br/noticias/em-10-anos-a-producao-mineral-baiana-cresce-mais-de-300. Acesso em: 18 jul. 2026.

BRASIL. Agência Nacional de Mineração. **Sumário mineral 2025**: ano-base 2024. Brasília, DF: ANM, 2025. Disponível em: https://www.gov.br/anm/pt-br/assuntos/economia-mineral/publicacoes/sumario-mineral. Acesso em: 18 jul. 2026.

CBPM - COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL. **Apresentação**. Salvador: CBPM, 2024. Disponível em: https://www.cbpm.ba.gov.br/institucional/apresentacao/. Acesso em: 18 jul. 2026.

CONEXÃO MINERAL. **CBPM fará pelo menos duas licitações em 2017**. 15 fev. 2017. Disponível em: https://www.conexaomineral.com.br/noticia/328/. Acesso em: 18 jul. 2026.

DESAFIOS PE. **Fatores competitivos da cadeia produtiva do gesso**: **o caso do polo do Araripe**. Recife, 2006. Disponível em: https://desafios.pe.gov.br/. Acesso em: 18 jul. 2026.

ENRÍQUEZ, M. A. **Mineração**: maldição ou dádiva? Os dilemas do desenvolvimento sustentável a partir de uma base mineira. São Paulo: Signus, 2008.

EVANS, P. **Autonomia e parceria**: Estados e transformação industrial. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004.

GEORGE, A. L.; BENNETT, A. **Case studies and theory development in the social sciences**. Cambridge: MIT Press, 2005.

HIRSCHMAN, A. O. **The strategy of economic development**. New Haven: Yale University Press, 1958.

_____. A generalized linkage approach to development, with special reference to staples. **Economic Development and Cultural Change**, v. 25, supplement, p. 67-98, 1977. DOI: https://doi.org/10.1086/450178.

ITEP - INSTITUTO DE TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO. **PRO-APL: Programa de Produção e Difusão de Inovações para a Competitividade de Arranjos Produtivos Locais.** Recife: ITEP, 2023. Disponível em: http://www.itep.br/incubatep/. Acesso em: 18 jul. 2026.

MAHONEY, J. Path dependence in historical sociology. **Theory and Society**, v. 29, n. 4, p. 507-548, 2000. DOI: https://doi.org/10.1023/A:1007113830879.

MINERAIS DO PARANÁ. In: **Wikipédia**: a enciclopédia livre, 2025. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Minerais_do_Paran%C3%A1. Acesso em: 18 jul. 2026.

MOVIMENTO ECONÔMICO. **Produção mineral metálica do NE cresce 15,6% e alcança R$ 10,38 bilhões**. 23 fev. 2026. Disponível em: https://movimentoeconomico.com.br/mineracao/2026/02/23/. Acesso em: 18 jul. 2026.

NORTH, D. C. **Institutions, institutional change and economic performance**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

PIERSON, P. Increasing returns, path dependence, and the study of politics. **American Political Science Review**, v. 94, n. 2, p. 251-267, 2000. DOI: https://doi.org/10.2307/2586011.

PORTAL GOV BAHIA. **Companhia Baiana de Pesquisa Mineral será autossustentável em 2009**. Salvador, 15 jul. 2008. Disponível em: https://www.bahia.ba.gov.br/2008/07/noticias/mineracao/. Acesso em: 18 jul. 2026.

_____. **Produção mineral comercializada da Bahia alcança os R$ 10,2 bilhões em 2022**. Salvador, 18 jan. 2023. Disponível em: https://www.bahia.ba.gov.br/2023/01/noticias/mineracao/. Acesso em: 18 jul. 2026.

PRZEWORSKI, A.; TEUNE, H. **The logic of comparative social inquiry**. New York: Wiley-Interscience, 1970.

REVISTA MINÉRIOS. **Exploração de ouro em Iramaia**: **CBPM assina contrato com a Envirometals.** 17 jul. 2025. Disponível em: https://revistaminerios.com.br/exploracao-de-ouro-em-iramaia-bahia/. Acesso em: 18 jul. 2026.

SACHS, J. D.; WARNER, A. M. **Natural resource abundance and economic growth**. NBER Working Paper n. 5398. Cambridge: NBER, 1995. DOI: https://doi.org/10.3386/w5398.

SANTOS, T. et al. Conservação ambiental no polo gesseiro do Araripe: relações econômicas e legais. **Revista Agrogeoambiental**, v. 16, n. 4, 2023.

SEBRAE - SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO CEARÁ. **TechGesso 2025 destaca inovação e sustentabilidade no polo gesseiro do Araripe**. Recife: Agência Sebrae de Notícias Pernambuco, 27 nov. 2025. Disponível em: https://pe.agenciasebrae.com.br/. Acesso em: 18 jul. 2026.

SECTI - SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DE PERNAMBUCO. **Portfólio**. Recife: SECTI, 2023. Disponível em: https://www.secti.pe.gov.br/portfolio/. Acesso em: 18 jul. 2026.

SGB - SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL. **Mapa de recursos minerais de Pernambuco impulsiona economia regional**. Recife: SGB, 2024. Disponível em: https://www.sgb.gov.br/w/mapa-de-recursos-minerais-de-pernambuco-impulsiona-economia-regional. Acesso em: 18 jul. 2026.